

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 076/07, de 05/10/2007

Aprova recomendações constantes do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ano base 2004 a 2006” e dá outras providências.

Os Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ) e a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL), no uso de suas atribuições legais, em sua 8ª Reunião Ordinária Conjunta, no âmbito de suas respectivas competências:

Considerando que a necessidade de elaboração anual do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos da área dos Comitês PCJ” está prevista no Artigo 19 da Lei 7.663/91, bem como a sua apreciação pelos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá;

Considerando que os Comitês PCJ disponibilizaram recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do domínio da União, por meio da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 038/06, de 05/05/2006 à Agência de Água PCJ, que licitou e contratou a empresa Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos e Meio Ambiente Ltda, para elaboração do Relatório de Situação das Bacias PCJ - 2004 a 2006;

Considerando que a Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) constituiu Grupo de Acompanhamento da elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2004 a 2006, constituído por representantes do DAEE; da CETESB; da ANA; da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes; da Prefeitura Municipal de Jaguariúna; da Secretaria dos Transportes; da DAE de Jundiá; do DAE de Santa Bárbara D'Oeste; da Prefeitura Municipal de Americana; da SABESP; da SORIDEMA; da Agência de Água PCJ e do Consórcio PCJ, além de um representante da SANASA de Campinas, que foi o coordenador do Grupo;

Considerando que o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2004 a 2006, foi apreciado e aprovado pelo Grupo de Acompanhamento e pelas Câmaras Técnicas de Planejamento (CT-PL) e do Plano de Bacias (CT-PB), em reunião conjunta, realizada no CIESP de Jundiá, em 20/09/2007, onde a versão final do relatório apresentado foi considerada como atendendo às especificações do Termo de Referência, sendo considerado que o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ – ano base 2004 a 2006” encontrava-se concluído;

Considerando que o “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2004 a 2006” foi disponibilizado na página da internet, dos Comitês PCJ (www.comitepcj.sp.gov.br), em suas versões completa e resumo e que o mesmo foi apreciado pelos Plenários dos Comitês PCJ (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), nesta reunião,

Delibera:

Artigo 1º - Ficam aprovadas as recomendações constantes do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ano base 2004 a 2006”, em sua versão final aprovada pelas CT-PL e CT-PB, conforme consta do Anexo I desta Deliberação.

Artigo 2º - A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ deverá providenciar a divulgação do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ano base 2004 a 2006”, destacadamente a todos os membros dos Comitês PCJ, devendo, ainda, providenciar o envio de cópia ao Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI de São Paulo, à ANA, ao DAEE-SP, ao IGAM-MG, à CETESB-SP e à FEAM-MG.

Artigo 3º - Esta Deliberação entra em vigor a partir da sua aprovação pelos Comitês PCJ.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRÍCOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTÔNIO CAMARGO ROSSI
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

Publicada no DOE em 08/03/08

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



Anexo I - Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 076/07, de 05/10/2007

Recomendações constantes do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ano base 2004 a 2006”.

I - SUGESTÕES DE CARÁTER GENÉRICO

- **Conteúdo:** Recomenda-se que os Termos de Referências para os próximos Relatórios de Situação das Bacias PCJ sejam mais simples, contendo o mínimo o previsto na Lei Estadual nº 7.663/91, cujos temas abordados fornecem subsídios diretos para uma visão temporal da evolução dos esforços de aplicação dos recursos financeiros, tanto da Cobrança (Estadual e Federal) como do FEHIDRO e que os próximos Relatórios de Situação considerem os parâmetros contemplados no Plano Nacional de Recursos Hídricos.
- **Indicadores do Relatório de Situação:** sugere-se que seja criado um Grupo de Trabalho no âmbito dos Comitês PCJ para discutir e avaliar a necessidade de se elaborar um Relatório de Situação nos moldes do atual complementarmente à nova metodologia de elaboração de relatórios de situação dos recursos hídricos proposta pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos – CORHI. Esta nova metodologia é baseada no modelo FPEIR (Força-Motriz-Pressão-Estado-Impacto-Resposta) utilizado pela Agência Ambiental Européia (EEA) na elaboração de seus relatórios de Avaliação do Ambiente Europeu, e propicia a compreensão dos problemas e fenômenos urbano-ambientais por meio da identificação e caracterização de indicadores ambientais e suas relações com os diferentes recursos ambientais envolvidos (ar, água, solo, biodiversidade e ambiente construído), configurando a chamada Matriz FPEIR. Para compor esta matriz este Grupo de Trabalho deverá também estudar e propor indicadores de Força-Motriz (atividades humanas), indicadores de Pressão, indicadores de Estado, indicadores de Impacto e indicadores de Resposta. Como a metodologia é recente e inovadora deve-se observar a sua aplicabilidade e voltar seu objeto basicamente para os Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos das Bacias PCJ.
- **Período de Abrangência:** sugere-se que na elaboração dos relatórios de situação futuros sejam utilizados anos completos, ou seja, períodos que considerem os primeiros e últimos meses dos anos, pois a grande maioria dos dados utilizados na elaboração do Relatório é disponibilizada anualmente e não mensalmente. Portanto, deve-se evitar a utilização de anos incompletos como no Relatório presente, onde o período considerado foi de Junho/2004 a Junho/2006.



II - SUGESTÕES DE CARÁTER ESPECÍFICO

- **Municípios Parcialmente Inseridos nas Bacias PCJ:** no presente Relatório de Situação, uma das dificuldades encontradas foi com relação ao estabelecimento de critérios que permitissem a inserção, na compilação dos dados, de municípios parcialmente inseridos nas Bacias PCJ, como por exemplo, Itirapina, Socorro, Mogi-Mirim, Serra Negra, Cabreúva e Mairiporã. Sugere-se que em relatórios futuros sejam avaliados os diferentes níveis de comprometimento dos municípios que possuem áreas parcialmente contidas territorialmente nas Bacias PCJ.
- **Coleta de Informações nos Municípios (questionários):** o desenvolvimento de alguns capítulos deste Relatório foi inteiramente baseado nas informações contidas nos questionários, aplicados pela empresa contratada. Esses são as fontes de informações para o levantamento de dados vindos dos 67 municípios das Bacias PCJ. A grande dificuldade encontrada foi justamente a realização da análise de consistência das informações advindas do preenchimento dos referidos questionários. Alguns municípios, possivelmente com déficit de mão-de-obra em sua estrutura e sem grandes preocupações com a emissão dos dados, informaram os parâmetros solicitados de forma precária e sem a qualidade devida, evidenciando a falta de preparo no preenchimento dos questionários. Em face a essa realidade, sugere-se aos Comitês PCJ a realização de campanhas de divulgação sobre a importância dos relatórios de situação como instrumento de gestão dos recursos hídricos nas Bacias PCJ bem como a iniciativa de promover a realização de cursos específicos de organização de dados sobre os temas: Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente pois, com isso, pretende-se melhorar e incorporar nos trabalhos a participação dos técnicos municipais na coleta de informações secundárias a serem inseridas nos relatórios de situação. Dessa maneira, o questionário deve passar a ter um tratamento diferenciado no âmbito dos trabalhos de elaboração do relatório de situação, isto é, devem ter seu grau de prioridade elevado nas atividades gerais do trabalho, de tal forma que os técnicos dos municípios não tenham dúvidas sobre o seu preenchimento adequado e realista, resultando, portanto, em respostas mais uniformes e imparciais. Quanto a metodologia para se obter e coletar as informações municipais propõem-se vincular essa estratégia com o Programa de Gestão Municipal dos Recursos Hídricos desenvolvido pelo CEPAM, a fim de que as informações sejam disponibilizadas com maior consistência, pois os municípios investem em recursos hídricos, mas, hoje, essas informações não estão sistematizadas e consistidas.
- **Qualidade da Água:** apesar do importante trabalho realizado pela CETESB no Estado de São Paulo, também seria interessante um monitoramento específico para a gestão dos recursos hídricos, através de uma parceria entre a Agência de Água PCJ/Consórcio PCJ com a CETESB. Este monitoramento consistiria, em sua primeira fase, no monitoramento da qualidade da água na foz de cada Sub-bacia do Rio Piracicaba e na Foz das rios Capivari e Jundiaí, monitorando os índices físicos, químicos, microbiológicos, de resíduos

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



agroquímicos e metais pesados, além da vazão dos rios. Nesta primeira fase, sugere-se uma periodicidade semestral das análises (período seco e período úmido). Para os futuros relatórios de situação, sugere-se que o universo dos dados sobre qualidade de água sejam obtidos conforme Figura 1.1, constante das conclusões do relatório final do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2004/2006. Em algumas sub-bacias, já existe, na foz, ponto de monitoramento da CETESB, sendo necessário apenas acrescentar o monitoramento dos metais pesados e agroquímicos, além da medição da vazão (quando inexistente), para atender a esta recomendação. Para o próximo Relatório de Situação sugere-se que a Câmara Técnica de Saúde Ambiental seja responsável pelo detalhamento do tema em questão, com base no item VIII de suas atribuições. O universo das informações poderá ser transformado em Banco de Dados, constituído das informações geradas pela CETESB, pelos municípios, empresas particulares e o novo monitoramento proposto, gerido pela Agência/Consórcio PCJ. Este Banco de Dados pode, perfeitamente, ser georreferenciado, gerando mapas de qualidade da água atualizados, sempre que forem inseridas novas informações. A elaboração deste Banco de Dados pode ser feita independente da realização do monitoramento sugerido, isto é, na foz de cada Bacia Hidrográfica. Uma vez em funcionamento, este Banco de Dados gerará uma grande quantidade de informações sobre a qualidade da água, possibilitando que os Relatórios de Situação, ou outros instrumentos de gestão, avaliem, com muito mais propriedade, os efeitos das ações realizadas pelos Comitês PCJ na qualidade das águas superficiais.

- **Saneamento:** quanto aos dados de saneamento, a sugestão é que sejam mantidos os indicadores do SNIS, cujas metodologias são simples e explicativas. Dessa maneira, os municípios que utilizem metodologias mais complexas, poderiam estar adaptando-as para o SNIS. Caso fosse adotada outra metodologia, os municípios menores, que utilizam o SNIS terão dificuldades na conversão dos dados. Deve-se propor aos Comitês PCJ, no âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) o fomento à discussão quanto a formas de padronização do índice de perda de água da distribuição dos sistemas autônomos, concessionárias privadas e dos sistemas regionais (SABESP – COPASA). A padronização no cálculo evitará discrepâncias e dados fora da realidade que poderão dar margem a erros de interpretação, quando divulgados nos relatórios de situação.
- **Resíduos Sólidos:** a localização geográfica exata (polígono georreferenciado) do corpo do Aterro Controlado/Sanitário de cada um dos municípios inseridos na área territorial das Bacias PCJ, é de fundamental importância para a definição do grau de risco de contaminação dos solos de fundação do aterro e das águas subterrâneas e superficiais. Em função da inexistência da disponibilidade desses dados cartografados em plantas planialtimétricas adequadas em escala apropriada, sugere-se que a CETESB disponibilize os seus arquivos para que esses dados possam ser analisados e trabalhados dentro de um projeto específico para cadastramento de todos os locais de disposição de resíduos sólidos das Bacias PCJ.
- **Investimentos:** o tópico de Investimentos é elaborado seguindo um dos objetivos básicos de um Relatório de Situação de Recursos Hídricos, ou seja: *“acompanhar a evolução quantitativa e qualitativa do estado das águas utilizadas como recurso hídrico”*. O indicador indireto da implementação do Plano de Bacia por investimentos realizados é resultado da comparação direta entre os valores (Reais) propostos nas metas e

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)



ações do plano de investimentos do PLANO DE BACIA DO PCJ 2004-2007 com os recursos financeiros realmente empregados nas obras, serviços e gestão das Bacias PCJ nesse mesmo período. Em função dessa necessidade e pelo grau de importância desse tema dentro do relatório de situação, os municípios deveriam ter todos os seus dados disponibilizados de maneira organizada e devidamente separados por áreas de investimento no que se refere a Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente. Quanto aos investimentos realizados no tema Saneamento, sub-tema Esgotos, sugere-se que os técnicos dos sistemas autônomos, concessionários privados e empresas de caráter regional (SABESP-COPASA) separem os investimentos realizados na coleta do esgoto (cujo caráter é na grande maioria das vezes estritamente de responsabilidade da municipalidade) dos dados relativos aos investimentos no tratamento do esgoto (cujos investimentos são realizados com financiamentos de organizações Federal, Estaduais e com recursos próprios dos municípios). Sugere-se que o esforço dos municípios e das empresas na organização dos valores de investimentos por tema (Recursos Hídricos, Saneamento e Meio Ambiente) seja recompensado com a priorização de verbas do FEHIDRO e da Cobrança no âmbito dos Comitês PCJ.

- **Banco de Dados:** o capítulo de Saneamento está vinculado a um banco de dados, permitindo atualizações sempre que os dados forem modificados. Esta interação possibilita que técnicos da Agência PCJ atualizem os valores contidos neste Banco de Dados, gerando relatórios atualizados, automaticamente. Dessa maneira, sugere-se que no próximo relatório de situação todo o conteúdo esteja vinculado ao Banco de Dados, para que sejam constantemente atualizados, como por exemplo, demografia, investimentos, cargas orgânicas, usos, etc.
- Para os relatórios futuros também é sugerido que a coleta de informações junto aos municípios seja feita na fase inicial do trabalho por representantes da empresa contratada e da Agência PCJ. Tais informações, se bem consistidas, podem alimentar o banco de dados com muita facilidade, dispensando o uso de questionários longos e extensos. Assim, visando melhorar a qualidade da coleta de dados, sugere-se que o corpo diretivo da Agência PCJ priorize anualmente a realização de diagnóstico detalhado das informações de cada município das Bacias PCJ. Para tanto os técnicos da Agência de Águas devem receber treinamento específico para orientar os técnicos dos municípios na obtenção de dados, auxílio em dúvidas, etc.

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRÍCOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTÔNIO CAMARGO ROSSI
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL